



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DES. ANTENOR SOARES**

**3ª Câmara de Direito Público**

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0326545-0 (NPU nº 0001251-20.2014.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Procuradora: Sabrina Pinheiro dos Praseres

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Promotora: Mirela Maria Iglesias Laupman

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Relator Substituto: Juiz José Viana Ulisses Filho

**EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.**

1. Na origem da controvérsia ora julgada por meio deste Acórdão, temos o recurso de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Civil Pública (Processo nº 0000085-06.2014.8.17.0920), que, deferindo a liminar requerida, determinou ao Estado de Pernambuco que providencie, às suas expensas, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, as medidas imediatas e necessárias para a internação do Sr. Mavíael Monteiro Lira em unidade que possa oferecer suporte oncológico e que disponha de equipe de cirurgia de cabeça e pescoço (traqueostomia), notadamente o Hospital do Câncer de Pernambuco, ou em rede particular existente no município ou adjacências, que ofereça o adequado tratamento, às expensas do SUS.

2. Com arrimo no art. 461 §4º do CPC e tendo em vista o valor absoluto da vida, fixou o magistrado de primeiro grau, pelo descumprimento da referida decisão, multa diária (astreintes) em desfavor do réu, a contar do dia seguinte à intimação pertinente, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo da tipificação da responsabilidade criminal, consoante previsão contida no art. 330, do Código Penal.

3. No tocante à alegação do não cabimento da cominação de multa diária à Fazenda Pública, impende ressaltarmos a inexistência de dispositivo legal que a vede e a razoabilidade de sua imposição, quer em face da natureza da direito em litígio, quer diante da urgência da antecipação de tutela deferida pelo Magistrado a quo, e ratificada pela Relatoria na sua Decisão Monocrática de fls. 50/50v, que encerrou o agravo de instrumento e deu causa ao Recurso de Agravo aqui julgado.

4. No caso sob análise, restou considerado improcedente o pedido de redução da multa diária feito pelo Estado agravante. Isto porque o entendimento, tanto do Julgador do 1º grau como do Julgador do 2º grau, é o de que a multa aplicado em circunstâncias tais, além do caráter coercitivo



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DES. ANTENOR SOARES**

deve ser forte o suficiente para inibir a parte obrigada a cumprir a decisão jurisdicional que gerou a referida multa, uma vez considerada a mesma não excessiva e observada a necessidade imperiosa de preservação da vida humana.

5. Cumpre notar, contudo, que, versando, a lide em apreço acerca do direito à vida, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, diante da comprovada necessidade da internação em leito de UTI, não haveria que se falar em excesso na fixação da multa diária, porquanto é o bem da vida a ser resguardado, bem este inapreciável economicamente.

6. Diante dessas ponderações, resolveu a Relatoria do agravo de instrumento manter a multa em seu valor originalmente estabelecido, ratificando destarte a decisão interlocutória de fls. 27/35 dos autos à epígrafe. Em sequência, com a propositura do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento de nº 0326545-0, surgiu a oportunidade para esta 3ª Câmara de Direito Público retificar também a Decisão Terminativa de fls. 50/50v, por ser concorde com toda a fundamentação expressa e necessária à manutenção do valor das astreintes estabelecida.

7- Isto porque limitou-se a parte recorrente a sustentar as mesmas razões do agravo recorrido, com vistas a modificação do julgado de fls. 50/50v.

8- A inexistência de fato novo capaz de suplantar a decisão transcritória vergastada que negou seguimento ao agravo de instrumento, implica, inexoravelmente, no improvimento do recurso de agravo no agravo de instrumento de nº 0326545-0.

9- À unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Agravo à epígrafe.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0326545-0, em que figuram como recorrente o Estado de Pernambuco e como recorrido Ministério Público do Estado de Pernambuco,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0326545-0, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 22 de 09 de 2014.

  
Juiz José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto



63

ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. ANTONOR SOARES**

---

**3ª Câmara de Direito Público**

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0326545-0 (NPU nº 0001251-20.2014.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Procuradora: Sabrina Pinheiro dos Praseres

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Promotora: Mirela Maria Iglesias Laupman

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Relator Substituto: Juiz José Viana Ulisses Filho

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento à epígrafe, interposto contra decisão terminativa exarada pelo ora Relator**, que ratificou a decisão proferida pelo Julgador Singular da Primeira Vara da Comarca de Limoeiro, que em autos de Ação Ordinária (Processo nº 0000085-06.2014.8.17.0920), deferiu a liminar requerida para: "determinar que o Estado de Pernambuco providencie, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a internação do Sr. Mavíael Monteiro Lira em unidade que possa oferecer suporte oncológico e que disponha de equipe de cirurgia de cabeça e pescoço (traqueostomia), notadamente o Hospital de Câncer de Pernambuco, ou em rede particular existente no município ou adjacências, que ofereça o adequado tratamento, às expensas do SUS", sob pena de multa diária, que fixou no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo descumprimento.

Em sede de razões recursais, o Estado agravante, ora recorrente, defende a desproporcionalidade da multa diária imposta, fixada no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no caso de não cumprimento da decisão, ao argumento de que tal não tem amparo na ordem jurídica pátria.

Pede para que seja reformado o *decisum* atacado, a fim de que seja dado provimento ao recurso de agravo de instrumento à epígrafe.

Defende que esta parte da decisão afigura-se absolutamente desproporcional e desprovida de razoabilidade, sem consonância com os postulados constitucionais que devem nortear toda e qualquer decisão judicial.

Assevera que toda e qualquer decisão que chegue ao conhecimento do Estado de Pernambuco, mormente quando deferitória de antecipação de tutela, recebe providência imediata para o seu devido cumprimento, dentro dos limites orçamentários e legais aplicáveis.

Por derradeiro, ante o perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, bem como de grave lesão aos cofres públicos, pugna pela concessão do efeito suspensivo ao recurso, ou, assim não entendendo esta Relatoria, pede pelo deferimento da antecipação de tutela parcialmente, excluindo ou reduzindo a multa estipulada. No mérito, requer o seu provimento, a fim de que seja reformada a decisão combatida, ou pelo menos excluída ou reduzida a multa cominada.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DES. ANTENOR SOARES**

---

Ad cautelam e em segundo lugar requer desta Relatoria que, se mantiver incólume a r. decisão ora recorrida, apresente o processo em mesa conforme estabelece o supracitado dispositivo do CPC, submetendo assim o presente Recurso de Agravo ao julgamento da 3ª Câmara de Direito Público.

Pois bem. analisando detidamente os autos, esta Relatoria vislumbra que a decisão combatida pelo presente recurso de agravo, assim como verificou-se no agravo de instrumento, não merece reforma, pelo que resta confirmada a mencionada decisão terminativa de fls. 50/50v, dos autos do agravo de instrumento à epígrafe.

Destarte, não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões ínsitas no próprio voto, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório.

Recife, 09 de 2014.

  
Juiz José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DES. ANTONOR SOARES**

3

64

**3ª Câmara de Direito Público**

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0326545-0 (NPU nº 0001251-20.2014.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Procuradora: Sabrina Pinheiro dos Praseres

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Promotora: Mirela Maria Iglesias Laupman

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Relator Substituto: Juiz José Viana Ulisses Filho

**VOTO**

Não assiste razão à parte recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada. Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida às fls. 50/50v dos autos do agravo de instrumento nº 0326545-0, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão para que faça parte integrante da presente decisão:

XX

Acrescentamos que a questão em tela diz respeito ao fornecimento de procedimento necessário para garantir a saúde do paciente, Sr. Mavíael Monteiro Lira, ora parte recorrida, de modo que a ocorrência de atraso no cumprimento da decisão pode acarretar prejuízo irreparável à sua saúde.

Outrossim, é imperioso ressaltar que nas hipóteses de obrigação de dar, de fazer ou de não-fazer, como é o caso dos autos, é permitido ao magistrado, com espeque nos arts. 461-A, § 3º, e 461, § 5º, ambos do Código de Processo Civil, tomar as medidas necessárias ao cumprimento do comando jurisdicional.

Diante da não-exaustividade da norma legal citada, bem como pela própria finalidade do preceito legal, a aplicação de multa é medida juridicamente cabível. Faz-se mister ante a necessidade de preservação da autoridade judiciária, máxime em razão da importância do bem, que é a saúde da agravada, bem como do direito fundamental à sua proteção, o que se busca preservar.

<sup>1</sup> Art. 461-A. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação. [Incluído pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002]

§ 3º Aplica-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 461. [Incluído pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002]

<sup>2</sup> Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. [Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994]

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial. [Redação dada pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002]



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DES. ANTONOR SOARES**

No caso em apreço, à multa foi atribuído o valor de R\$ 5.000,00, montante apontado pelo ente agravante como exorbitante e desproporcional.

Ocorre que o objetivo da multa não é outro senão o de fazer com que a parte cumpra a obrigação que lhe foi imposta. Ou seja, a multa não é um fim em si mesma, senão um instrumento destinado a compelir o seu destinatário ao cumprimento forçado da obrigação que lhe foi imposta. Sobre tal, salutar a doutrina de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery:

"Deve ser imposta a multa, de ofício ou a requerimento da parte. O valor deve ser significativamente alto, justamente porque tem natureza inibitória. O juiz não deve ficar com receio de fixar o valor em quantia alta, pensando no pagamento. O objetivo das astreintes não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória. Deve ser alta para que o devedor desista de seu intento de não cumprir a obrigação específica. Vale dizer, o devedor deve sentir ser preferível cumprir a obrigação na forma específica a pagar o alto valor da multa fixada pelo juiz". (Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2006, p.588).

Com efeito, a quantia fixada não pode ser irrisória a ponto de ser mais vantajoso pagá-la, do que cumprir a obrigação. Nesta senda, tenho que o valor fixado pelo magistrado de primeira instância, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) está condizente com a finalidade da multa, bem como com o interesse em questão, qual seja, a saúde e vida da recorrida.

Nesse sentido é o excerto do julgado do Colendo Superior Tribunal de Justiça (AgRg no Ag 713.962/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 16/11/2009), *in verbis*:

"Obrigação de fazer. Multa do artigo 461, § 4º do CPC: O escopo da multa do artigo 461, § 4º do CPC é compelir a parte ao cumprimento da ordem judicial emprestando, assim, efetividade ao processo e à vontade do Estado. Constituindo meio coativo imposto ao devedor, deve ser estipulada em valor que o "estímule" psicologicamente, a evitar o prejuízo advindo da desobediência ao comando judicial. A coação tem que ser efetiva".

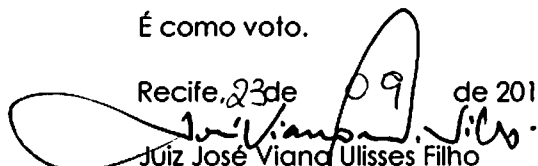
Impende ainda asseverar que tal medida, derivada de permissivo legal, ainda que dirigida ao Estado, não ofende qualquer princípio ou preceito constitucional, máxime porque, consoante entendimento desta Relatoria, levada a efeito com arrimo na razoabilidade e proporcionalidade.

Com essas considerações, sou pela negativa de provimento ao presente recurso de agravo.

Diante de todo exposto, ratifico a posição supra o meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo do Agravo de Instrumento nº 0326545-0.

É como voto.

Recife, 23 de 09 de 2014.

  
Juiz José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto